

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Lei Municipal nº 1378/94
Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata Reunião de Diretoria Março/2021

1 Ata da reunião de Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos - CMAS, realizada no dia
2 10 de março de 2021, realizada de forma online, na plataforma digital SKYPE, com a presença de conselheiros, conforme
3 lista de presença abaixo e do Secretário Executivo Sr. Leandro e a chefe da SEATAC, Sra. Tainara:

DIRETORIA EXECUTIVA	GOVERNO	O. SOCIAL	TRABALHADOR	USUÁRIO
Rodrigo Salvador Lachi - SEDS	P	***	***	***
Aurora Fernandez Rodrigues - FORTSUAS	***	***	P	***
Marilda Paixão Isaias dos Santos	***	***	Justificado	***
Fernanda de Souza Santos	***	***	Justificado	***
Samanta Lima Venâncio	P	***	***	F
Carine Mostafa	***	P	***	***
Luciléia Siqueira dos Santos	***	***	***	F
Milene do Carmo Carvalho	***	P	***	***
TOTAL	2	2	3	2

4 Sr. Rodrigo inicia a reunião às 14h10 dando boa tarde a todos os presentes e passa a discussão da pauta do dia. Inicia-
5 se pela discussão referente a indicação de representante deste conselho para compor o comitê gestor intersetorial para
6 desenvolvimento integral da primeiríssima e da primeira infância, instituído pelo Decreto Municipal N.º 7512 de 03 de
7 março de 2016. Sr. Leandro informa que a recomendação de que seja um representante com atuação afeta a temática
8 do comitê e para tal informa que no conselho os representantes que mais se afinam seria o Educandário Santista; Cruzada
9 das Senhoras Católicas; Sra. Margareth – Apadrinhamento Afetivo; Sra. Rayssa – SEACOLHE-CA e Sra. Fernanda Souza
10 – PROVIVER. Contudo Sr. Leandro lembra que a Sra. Fernanda já coordena uma comissão neste conselho e a Sra.
11 Rayssa tem a indicação para coordenar o GT – Conferencia. Sr. Rodrigo aponta que as indicações são pertinentes e a
12 questão deverá ser discutida na AGO. Na sequência passa-se para a discussão do próximo item de pauta, que refere-se
13 ao ofício n.º 435/2021 encaminhado pelo Ministério da Cidadania que solicita esclarecimentos sobre a regularização de
14 pendência correspondente ao demonstrativo físico-financeiro do ano de 2018. Sr. Leandro esclarece que no ano de 2018
15 o conselho colocou no sistema do demonstrativo que os serviços socioassistenciais não foram prestados de forma regular
16 e para tal precisa-se verificar o que foi informado e referente a qual piso co-financiado. A indicação do Ministério é que o
17 conselho avalie o informado e caso opte pela ratificação deverá ser oficiado o FNAS, caso contrário o município será
18 notificado quanto a devolução dos recursos recebidos. Sr. Rodrigo irá verificar junto ao sistema do demonstrativo a
19 resposta lançada para posterior manifestação deste colegiado. Sr. Leandro a pedido do Sr. Rodrigo informa as
20 recomendações elencadas no ofício que refere-se ao conselho atentar-se sobre a questão do quadro de recursos
21 humanos e a apreciação e deliberação sobre a proposta do PLOA. Em continuidade discutiu-se sobre a questão levantada
22 na comissão de legislação que refere-se as significativas ausências e justificativas dos conselheiros. A comissão sugere
23 que a Diretoria Executiva avalie a questão. Sra. Aurora aponta que vivemos em um momento diverso do da realidade e
24 cabe a nós chamar os usuários para entender as dificuldades e de que maneira pode-se auxiliar. Sr. Rodrigo lembra que
25 isso foi feito no final do ano passado e a preocupação e não tomar uma decisão e prender as representatividades. Sr.
26 Leandro aponta que há uma grande dificuldade com relação aos representantes da COHAB, uma vez que até a presente
27 data não foi respondido o ofício solicitando a retificação dos representantes. Sra. Aurora sugere que seja feita nova
28 conversa com os usuários. Sr. Leandro informa que irá ser feita. Com relação a representatividade da COHAB delibera-
29 se por reiterar o ofício com cópia ao Exmo. Sr. Prefeito. Passa-se então a discutir sobre a solicitação do GT-Pop Rua, que

30 refere-se a oficiar o Exmo. Sr. Prefeito para que seja explicado os motivos de alterações realizadas entre o Decreto do
31 CIAMP-RUA publicado e a minuta encaminhada pelo CMAS, principalmente no tocante ao caráter do comitê e a questão
32 da maioria absoluta de quórum para votação. Sr. Rodrigo informa que houve manifestação da PROJUR, que encontra-se
33 no Processo 18.165/2020. Informa que a alteração do caráter do CIAMP-RUA ocorreu uma vez que este não tem
34 atribuições de conselho. Deve-se discutir o que é deliberativo no âmbito de políticas públicas. Em nenhum instrumento
35 normativo há indicação de que o comitê seja além de consultivo. Outra questão é a relativa a maioria absoluta. Acredita
36 que reuniões com alguns representantes para consulta traria impactos caso haja um esvaziamento, pois acredita que
37 todos são corresponsáveis. Sr. Rodrigo faz a leitura da manifestação da PROJUR. Sra. Aurora pensa em como levar essa
38 discussão para o GT-POP Rua com esses encaminhamentos. A preocupação é que era um projeto de lei que saiu como
39 decreto, que ainda tem 60 dias para início de suas atividades e elaborar seu regimento interno. Contudo aponta que a
40 preocupação maior é sobre a questão da maioria absoluta, pois se houver faltas a pauta ficará travada. Lembra que a
41 SEDS ficou de organizar todo o processo de composição do comitê. Por fim aponta que ainda acredita que o comitê
42 deveria ser deliberativo. Sr. Rodrigo esclarece que em relação de ser lei ou decreto, refere-se a um desejo de dar a
43 população de rua o respeito que merece, contudo a escolha não é arbitrária, mas sim o uso do instrumento adequado
44 para o que se pretende. O decreto regulamenta situação que já existe legislação vigente, no caso a Lei Estadual. Sr.
45 Rodrigo lembra que Santos foi o segundo município no Estado a implantar o comitê. Aponta que temos a tarefa de criar
46 o edital de chamamento e será dada ciência e este conselho para acompanhamento. Já a questão de ser deliberativo,
47 entende também que parte do desejo de dar a devida importância a população de rua, mas trata-se de uma sobreposição
48 de ação a conselhos. O caráter deliberativo trata de políticas públicas. Entende que o GT cumpriu sua tarefa, mesmo que
49 quando foi instituído tinha outra finalidade. Por vezes esbarrou-se no limite de atuação e foi necessário que este limite
50 fosse apontado. Informa que foi de grande valia o GT e o quanto foi perceptível de que o assunto precisa ser intersetorial.
51 O GT conseguiu congrega usuários, trabalhadores e diversos segmentos e movimentos. Entende que o comitê é um
52 resultado do trabalho do GT e tem-se que fazer a discussão com o grupo os caminhos que deverão ser percorridos agora
53 para que a garantia de direitos se efetivem de fato, seja por meio de fórum ou movimento municipal, porque a
54 representação no comitê é restrita. Sra. Aurora entende que o GT deve acompanhar esse processo até a posse dos
55 membros do comitê. Esse grupo hoje avançara para uma outra organização da sociedade. Continuando a discussão,
56 dialogou-se sobre a devolutiva do ofício encaminhado ao Exmo. Sr. Prefeito sobre a vacinação para os profissionais do
57 SUAS. Sr. Leandro informa que não houve manifestação. Sr. Rodrigo informa que na gestão aprofundou-se essa
58 discussão apesar de não termos resposta, mas sabemos que a solicitação do conselho foi encaminhada ao Ministério
59 da Saúde e ao Governo do Estado. Aponta que apesar do município ter prerrogativa de incluir novos públicos, o município
60 vem seguindo apenas as diretrizes nacionais e estaduais. O município vem evitando uma negociação a nível municipal
61 por setores. Sr. Rodrigo vê a necessidade da vacina para compor as equipes, mas por outro lado, como questão política
62 essa flexibilização não quer dizer que sejamos escolhidos como grupo prioritário em detrimento a outros grupos como
63 segurança e educação. Sra. Aurora aponta que devemos reiterar o ofício, para que quer seja sejamos atendidos por um
64 representante do gabinete do prefeito ou por algum secretário por ele indicado. O que se propõe é que sejam vacinados
65 aqueles profissionais que estão na linha de frente e posteriormente aqueles que possam retornar aos serviços com todos
66 os cuidados. Entende que pelo governo federal não ter priorizado a vacinação a discussão é que seja feito de forma
67 escalonada e não só para serviços de execução direta, mas também para as conveniadas. Sr. Rodrigo pondera que
68 considerando a posição do conselho, pensa que sim deve ser reiterado o ofício, mas também que a comissão formada
69 leve-o de forma presencial até o paço. Para tal sugere que na AGO se indique uma data para essa ação. Na continuidade
70 passa-se a discutir sobre o encaminhamento da comissão da ICS-PBF em relação a nota de repúdio à robotização do
71 CADUNICO. Sra. Samanta coordenadora da comissão aponta que esse encaminhamento tem por base a não resposta
72 do Ministério em relação ao ofício do CMAS enviado, além da angústia dos trabalhadores que estão atuando na ponta e
73 o aumento significativo da demanda na busca do cadastro. Sra. Aurora sugere que seja levantado todos os documentos
74 já divulgado em relação a esse repúdio e que se leve um texto para deliberação na AGO. Em continuidade Sr. Leandro
75 informa sobre o plano de trabalho que a comissão de política pensou para acompanhar as revalidações este ano, que

76 trata-se de reuniões com as organizações sociais por serviço, dialogando-se assim sobre o relatório de atividades de
77 2020 e o Plano de Ação de 2021, principalmente em relação a pandemia. Por fim, passa-se a discussão dos
78 encaminhamentos do GT-Conferência. Sr. Rodrigo aponta a preocupação de que o GT faça o papel de conferencia sendo
79 que o papel deste deve ser de pensar a metodologia a ser realizada. Sra. Aurora informa que o FET-SUAS irá organizar
80 a live com a Prof.^a Aldaíza Sposati para o dia 23 de marca às 14h, uma vez que eles já possuem toda a estrutura
81 necessária para essa realização. Mas mesmo assim, devemos considerar como um evento preparatório para a
82 conferencia municipal. Sra. Aurora lembra que ainda não temos diretrizes nacionais para a realização da conferência,
83 para além de saber o tema, a data e que será virtual. Sugere que se pense na contratação de empresa que seja
84 responsável pela plataforma virtual, com custo financiado pelo conselho. Aponta que a capacidade da plataforma deve
85 ser do número de participantes da última conferência que foi de cerca de 300 pessoas. Sr. Rodrigo solicita então que seja
86 remetido ofício ao órgão gestor para que seja providenciado esse custeio. Sr. Rodrigo informa que a preocupação maior
87 está na realização das pré-conferências, além da metodologia do dia e formas de apresentação do conferido e das
88 propostas. Sra. Aurora aponta que esse ano o governo tem um peso muito político devido a pandemia. O conferido na
89 forma virtual precisa ser mais uma atuação política, considerando-se a mudança da atuação do trabalho. O aumento da
90 pobreza é significativo, cada vez maior, um auxílio emergencial a ser discutido. É necessário discutir orçamento e os
91 compromissos de realização da política de assistência social, para além da promulgação da lei municipal. Sr. Rodrigo
92 concorda com a fala e que a discussão precisará ser adequada ao contexto atual. Lembra que o conselho é um espaço
93 essencialmente político com análises de questões técnicas. Sra. Samanta informa que sobre as pré-conferências também
94 é uma preocupação da proteção básica. Os chefes dos serviços estão discutindo com as equipes, mas algumas ideias já
95 estão surgindo, como o uso de coletivos no Whatsapp, uso de formulários, a disponibilização das lives e disponibilização
96 de filipetas nos serviços para preenchimento pelos usuários de possíveis propostas. Informa que o SCFV também está
97 discutindo, mas ainda não há uma devolutiva. Sr. Rodrigo aponta que as pré-conferências são necessárias porque na
98 conferencia não consegue-se discutir a fundo os territórios e devem ser estratégias diferentes com cada serviços. Sr.
99 Leandro sugere se o ofício n.º 40/2020 – CMAS não poderá ser respondido e enviada ao GT? Sr. Rodrigo reforça a
100 questão de que o GT não deve fazer o papel da conferência, mas que o ofício sim deve ser respondido e remetido ao
101 CMAS. Não tendo mais assuntos a tratar a reunião foi encerrada às 16:00.

102

103

104

105

Leandro Lapetina Freire
Secretário Executivo – CMAS